

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola São Francisco Malaquias

A Comunidade São Francisco Malaquias está localizada a 18 km da sede do município de Vargem Grande, no Maranhão, e é formada por cerca de 30 famílias, ligadas entre si por laços de parentesco, amizade e relações de compadrio. Muitas delas já vivem naquelas terras há algumas gerações, desde pelo menos o início do século 20. O território da comunidade é composto por duas vilas, São Francisco Malaquias e Santa Maria. A primeira é formada por duas localidades: São Francisco e Malaquias. Lá está a maioria das casas, cerca de 30, e também o cemitério da comunidade. Na vila de Santa Maria atualmente residem três quilombolas. Dois deles, **Dona Delzuite** e **Sr. José Irineu**, são os mais velhos do local, verdadeiras “memórias vivas” do quilombo.





Dona Delzuite e Sr. José Irineu (à direita).

Foto: Fernanda Lucchesi.

Em 1925, as terras foram compradas pelos avós de Dona Delzuite – um casal de moradores formado por “um branco e uma negra” – e passadas por herança aos seus descendentes. No entanto, isso não lhes garantiu a manutenção de seus direitos sobre a área. A história do grupo foi marcada pela expropriação e pela dominação por parte de indivíduos poderosos da região, que agiram conforme a tradição escravocrata de desconsiderar e subjugar o povo negro. **Após muitos anos de luta, de terem que submeter o controle de suas terras e a exploração de sua produção agrícola a supostos “donos” do local, além de passarem por episódios traumáticos como dois despejos coletivos, os quilombolas finalmente conseguiram a titulação parcial do território reivindicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em dezembro de 2014.**



Vista da Comunidade. Foto: Arinaldo Martins.



Sr. João Portugal no portão que dá acesso a Malaquias. Foto: Arinaldo Martins.

A história do quilombo

Santa Maria é considerada a mais antiga das três localidades que formam o território de São Francisco Malaquias. Ali morava o núcleo que deu origem à comunidade: a família de Paulo Marcelino da Costa, avô de Dona Delzuite. Ela recorda o convívio com o avô:

Eu estava com 5 anos quando ele morreu, o velho Paulo Marcelino da Costa. Nós morávamos ali. Ele morava lá em cima, perto do brejo mesmo. [...] A minha mãe foi nascida e criada ali perto do brejo. Este brejo em que nós estamos tomando este suco agora foi meu avô que plantou: os pés de buriti, os pés de juçara, muitos pés de bacaba.

Paulo Marcelino, “de família branca”, casou-se com Maria Frazina de Castro, “de família negra”, que nasceu na área do quilombo. Essa família negra encontrou ali uma oportunidade para recomeçar a vida em liberdade, em um período pós-escravidão. Paulo Marcelino comprou uma parte das terras onde a esposa nasceu. Alguns anos depois, ao herdarem as terras de Paulo Marcelino, os pais de Dona Delzuite passaram a acolher novos moradores, entre parentes e pessoas que pediam para viver ali. Hoje os quilombolas dizem que, desde aqueles tempos, o costume de receber pessoas de fora é passado de geração a geração. É a base da sua noção coletiva de pertencimento ao território, onde todo morador tem os mesmos direitos ao local.

Na década de 1940, porém, indivíduos alheios à comunidade passaram a reivindicar a posse da área que abarcava o quilombo. Em 1940, apenas 10% das terras do Maranhão estavam nas mãos de particulares. Entre o fim dessa década e o começo de 1950, houve um processo de demarcação de Datas (terras doadas pela Coroa) em todo o Vale do Itapecuru, seguido da transferência das terras para novos proprietários. Nesse processo, desapareceram e foram ignorados documentos como testamentos de antigos donos de terras a ex-escravizados ou registros de pequenas áreas feitos por lavradores. Foi justamente o que aconteceu em São Francisco Malaquias. Segundo relatos dos quilombolas, Paulo Marcelino da Costa comprou essas terras e as registrou em cartório em 1925. Em 1957, o então prefeito de Vargem Grande, desconsiderou o registro alegando ser dono da área.

Nessa época, o prefeito adquiriu muitas terras na região. Dentre elas, Santa Maria e a área conhecida como Fazenda Salva Terra, em 1952, que englobam as localidades atuais de São Francisco e Malaquias. Os antigos moradores dessas áreas trabalharam livremente até 1957, quando o prefeito começou a cobrar foro (renda paga ao “dono” da terra). Além disso, relatam que ele teria promovido um primeiro despejo logo que comprou as terras. O Senhor Orimar, que nasceu no território, conta um pouco sobre este suposto proprietário:

Na época que eu nasci, tinha pouca gente aqui e o coronel dizia que a terra era dele. Emendou aqui com o Salva Terra, que ele tinha comprado, dizem que do irmão do meu avô, os mais antigos dizem isso aí. Aqui produzia arroz, farinha, esses produtos de roça. Aí começamos a pagar foro. Era um paneiro por linha e, quando não dava para pagar, ele botava para trabalhar para ele.

Os moradores do quilombo pagaram foro para esse suposto proprietário até 1978, quando ele passou seus domínios para outro fazendeiro, que manteve o sistema de exploração dos trabalhadores – cobrança de foro e exclusividade de compra de babaçu e venda de mercadorias. No entanto, o novo proprietário é lembrado como sendo ainda mais rigoroso na cobrança de foro. O clima de tensão ficou tão grave que, em setembro de 1985, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vargem Grande pediu abertura do processo de desapropriação.

Em 1988, quando o Incra fez a primeira vistoria, a Fazenda Salva Terra já tinha um terceiro dono. De acordo com a comunidade, embora ele nunca tenha “pisado” na fazenda, sua gestão deu continuidade ao histórico de violência e exploração dos moradores. Os quilombolas contam que um funcionário da fazenda costumava desviar a produção para si. Havia também o irmão desse proprietário, que praticava atos abusivos como expulsar moradores ou mandar bater arroz no paiol destes, “tirando” mais do que o acordado e cobrando foro de quem não tivesse produção. “A história deles era uma história só, a história só fazia mudar de um para outro, a intenção de um era a mesma do outro”, diz o Sr. Orimar, referindo-se aos pretensos donos da terra.

Incêndios e despejos

No início dos anos 2000, quando a Fazenda Salva Terra já tinha outro proprietário, ela foi desapropriada pelo Incra para criar o Projeto de Assentamento Padre Trindade. Os moradores do quilombo relatam que, com esse processo, pensaram que o território estivesse garantido. No entanto, foram surpreendidos por uma série de impedimentos, como a divergência de documentos, que ora incluíam a comunidade Malaquias na área a ser desapropriada, ora não. Em resposta, os moradores deram os primeiros passos para uma mobilização coletiva. Em 2001 organizaram uma associação com estatuto próprio: a Associação dos Produtores Rurais São Francisco do Povoado Malaquias.

A desapropriação, portanto, não resolveu os embates com os grandes proprietários de terra. Pelo contrário, eles foram acirrados, culminando nos dois incêndios que marcaram a história recente dos quilombolas. Em 30 de outubro de 2005 ocorreu um primeiro incêndio, que queimou 11 casas e a escola da comunidade. **Em 2006 o conflito atingiu seu ápice, quando uma ordem judicial a favor do suposto proprietário das terras resultou no brutal despejo de todos os moradores de São Francisco Malaquias. Eles foram obrigados a deixar suas casas, que foram derrubadas e queimadas ainda com vários pertences dentro.** A casa de farinha também foi incendiada, o motor confiscado, as roças que já estavam próximas da colheita foram destruídas e, por fim, o gado do proprietário foi solto no roçado, acabando com as manivas e o arroz miúdo restantes. “O mais ridículo despejo mesmo foi esse de agora, de 19 de maio [de 2006]”, relata com pesar Dona Delzuite. “Esse foi um despejo muito horrível que eu nunca tinha visto uma coisa daquelas, de jeito nenhum.” Para ela, a história da comunidade é marcada por este tipo de repressão: “Esta área todo o tempo foi uma área de terra assim, perseguida”.

Alguns meses depois desse incêndio, um juiz concedeu liminar permitindo o retorno dos moradores à área. As casas foram reconstruídas usando palha em vez de taipa, que seria mais caro e demoraria mais. Mesmo sem uma garantia real de que não seriam novamente despejados e com toda a sua produção agrícola destruída, praticamente toda a comunidade retornou ao local, guiada pelo sentimento de pertencimento à terra e pelo desejo de continuar vivendo juntos.



Casal de moradores e o que sobrou de sua casa incendiada. Fonte: arquivo da Comunidade.



Quilombolas após execução da ordem de despejo.

Fonte: arquivo da Comunidade.



Casa de palha ao lado da casa anterior derrubada. Foto: Fernanda Lucchesi.



Foto: Arinaldo Martins

Em 2007 a comunidade recebeu a certificação de remanescentes de quilombo da Fundação Palmares e se estabeleceu como associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais remanescentes de quilombo. Esse foi um passo importante para dar início ao pedido de titulação do seu território. O processo inicial de reivindicação previa a regularização de uma área de 1.089,09 ha. Em 2 de dezembro de 2014, foi emitido pelo Incra o título de propriedade coletiva para a comunidade. Trata-se de uma titulação parcial, de 625,56 ha, mas que representa um grande marco para a garantia dos direitos e a manutenção do modo de vida do grupo.

Moradores velhos e moradores novos

A comunidade é formada pelos *moradores velhos* – ou seja, os que nasceram naquelas terras – e seus descendentes e pelos *moradores novos*, que foram aceitos ou convidados pelos mais antigos a viver no território. De acordo com os quilombolas, ser um *morador novo* não significa necessariamente estar vivendo na comunidade há pouco tempo. O termo caracteriza a condição de alguém que não nasceu ali, mas que chegou àquelas terras geralmente fugindo de uma situação exploratória. São normalmente parentes ou amigos de um morador velho e, ao viver no território, precisam se comportar segundo as regras da comunidade e passam a identificar-se como morador do lugar. De acordo com o Sr. João Portugal, faz parte dos padrões esperados de comportamento da comunidade que cada morador respeite todos os outros e obedeça a prescrições como a de não se embriagar e não divulgar fora da comunidade questões internas. Além disso, existe um profundo sentimento coletivo de respeito pelos moradores velhos.

No discurso dos moradores novos, há duas expressões muito usadas e extremamente importantes para compreender a relação que estabelecem com o território: a categoria *terra de dono* é usada para referirem-se à situação anterior à agregação no território quilombola. Em oposição a ela está a categoria *terra de morador*, fazendo menção à situação específica de São Francisco Malaquias. **A categoria terra de dono possui um sentido negativo, relacionado geralmente a um passado opressivo, de exploração, quando eram tidos como empregados em terras alheias.** Essa situação foi superada pela passagem à situação de *morador de Malaquias*. **A noção de terra de morador, portanto, traduz um sentimento geral da comunidade: a de um uso e um pertencimento coletivo do território, cujo acesso está relacionado ao morar, ao usufruir de suas riquezas, e não a uma propriedade.** O depoimento do Sr. João Cirilo, morador novo que reside há 23 anos em São Francisco Malaquias, tendo chegado lá a convite do cunhado, traduz bem o significado da diferença entre terra de dono e terra de morador:

No lugar onde eu morava antes, não deu certo, deu um desentendimento. Era *lugar de dono*. A gente tinha que pagar o foro da roça.[...] Estou aqui há 23 anos. [...] Aqui não tinha dono. Era *terra de morador*. O [C.P] diz que era o

dono. O Inkra procurou, o [C.P] não tinha documento. Só tinha do Salva Terra. Isto aqui era sobra de terra.

O Sr. João Cirilo detalha sua chegada ao território:

Eu cheguei aqui no Malaquias por causa do meu cunhado, José Gregório. Eu tinha ficado na Vargem Grande depois da doença de minha mulher. Quando eu cheguei, ele disse assim para mim: “Olha aí o mato!” Eu olhei e me engraçei do mato. Cheio de mato. Ele disse: “Sinhô, você quer uma roça? (...) Tire uma linha”.

A importância do “mato”

O mato foi um grande atrativo para que João Cirilo fosse viver em São Francisco Malaquias. **A forma e a frequência com que os moradores referem-se ao mato revelam a importância e o sentido que dão a essa paisagem.** É no mato que estão as caças, as terras mais férteis para as roças, o brejo repleto de buritis plantados pelo avô de Dona Delzuite. É também no mato que estão as juçareiras e os babaçus, bem como os bichos perigosos, como as cascavéis e as onças. Nele também estão os seres encantados, como a serpente, transformada a partir do cadáver de uma cascavel, que vai se enchendo de penas e levanta voo.

O mato é referência para as atividades de subsistência de São Francisco Malaquias: o trabalho agrícola, extrativismo vegetal, caça, pesca. Em todas elas, é fundamental a existência de uma vegetação minimamente densa. A instituição do *pousio* – a interrupção de culturas nas roças, deixando a terra descansar por um período para repor a fertilidade,



Babaçual de São Francisco Malaquias. Foto: Arinaldo Martins.

deixando-a boa para o plantio – atesta a preocupação dos moradores com o não esgotamento do solo. A importância econômica e social da vegetação para os quilombolas está expressa na sua relação singular de respeito com o mato e com a natureza de uma forma geral.

Roças coletivas e o extrativismo do babaçu

As principais atividades que garantem o sustento das famílias provêm da agricultura e do extrativismo do coco-babaçu. O resultado dessa produção serve para o consumo interno e também para a venda na sede do município, garantindo a renda da comunidade. Os principais cultivos, em ordem de importância, são: arroz, mandioca, milho, fava, feijão, maxixe, quiabo, abóbora, melancia, melão, pepino, gergelim (preto e branco). O principal produto comercializado é a farinha de mandioca. As principais fontes de renda do extrativismo são as amêndoas (retiradas do babaçu) e o carvão vegetal, feito com as cascas do coco. Além do babaçu, no território existem mangueiras, buritizeiros, juçareiras, bacabeiras e outras árvores frutíferas em menor quantidade que servem como complemento na dieta dos quilombolas.

A roça coletiva, chamada de *roçado grande*, ocupa uma considerável faixa do território e é dividida em 28 roças individuais ou familiares. Uma delas é da associação, cultivada como uma espécie de salvaguarda da comunidade: os produtos são destinados a satisfazer alguma necessidade coletiva, caso venham a precisar. Existem também três roças familiares na localidade de Santa Maria.



Sr. João Alves mostrando a plantação de arroz. Foto: Fernanda Lucchesi.

Sr. Chico baixinho na plantação de maxixe. Foto: Arinaldo Martins.

As roças coletivas são cultivadas através de um sistema de rodízio chamado *troca de dia*: a cada dia, uma família específica é designada para realizar o trabalho comunitário em uma parte do roçado grande. **Esse sistema revela os laços intensos de solidariedade entre os moradores. O termo local *companheiros* resume bem a ideia dessa rede de ajuda mútua, em que um núcleo familiar dá suporte diário à produção de outro.**

A família é central para a dinâmica de trabalho na roça. Quando um núcleo familiar participa do trabalho comunitário, o marido se dedica à roça enquanto a esposa prepara o almoço para todos que estão trabalhando no roçado grande. Cada família é ajudada a cultivar o seu pedaço no roçado. Quem não tem esposa ou filhos para preparar a alimentação dos *companheiros* é auxiliado por outra família. “No meu dia de roça, eu pego os alimentos e passo para uma *companheira* daqui e tem quem faça”, explica o Sr. Francisco das Chagas Araújo. “É *compadre Alder*, é *comadre Diva* logo ali. É bom ser *parceiro*, *parceira*, né?”

É *corriqueira* a cena de uma família oferecendo um prato de comida a algum trabalhador. Esse gesto é visto com muita estima por todos os quilombolas. O Sr. Raimundo de Souza exemplifica como o ato de compartilhar a comida confere uma relação especial entre ele e a família do Sr. João Cirilo:

Nós somos *companheiros*, e ele foi quem me cuidou, o velho. [...] Ele é como um pai para mim, o Seu João Cirilo. A mulher dele faz o *boião* e convida, e eu como. É assim. E o que eu tiver eu dou também. Eu fazia aqui, mas [...] eu chego meio-dia, e aí ainda vou fazer algo para poder comer, e depois vou para a roça de novo. Aí já se vão quase duas horas. Aí, quando eles estão aqui é bom demais. Fico melhor, porque ela faz e me dá. [...] É igualmente um pai e uma mãe para mim.

Enquanto os homens se ocupam principalmente das atividades agrícolas, as mulheres, além de fazerem a comida da casa, dedicam-se à quebra do coco-babaçu. O babaçu é encontrado em abundância. Provém de um grande babaçual que recobre quase todo o território. A coleta e quebra do coco, embora sejam uma atividade secundária em relação à roça, envolvem toda a comunidade e servem de complementação à renda dos moradores. Os dois subprodutos do extrativismo do coco são o carvão vegetal e o azeite feito do processamento das amêndoas. Da palha do babaçu fazem dois tipos de utensílios domésticos: os *abanos*,

para abanar o carvão nos fogareiros das casas, e os *cofos*, usados para o transporte de cargas. As palhas também servem para cobrir as casas, os paióis e as demais edificações utilizadas no trabalho agrícola, reuniões comunitárias, entre outros.

O marido e os filhos adolescentes são encarregados de transportar a produção até a sede do município, receber o dinheiro de sua venda e comprar as mercadorias necessárias, como sabão, óleo de cozinha, que-rosene para lamparina, sal, açúcar, café e carne bovina.



Dona Diva quebrando coco.
Foto: Arinaldo Martins.

A caça e a pesca

A caça e a pesca são realizadas apenas para consumo doméstico e não são comercializadas. Junto com a criação de galinhas, patos e porcos, complementam a alimentação dos moradores. O Riacho Angical nasce no território quilombola, e lá os moradores obtêm diversas espécies de peixes. Dentre os mais consumidos estão a traíra, piaba grande, cará, lubarana, lalau, piranha, mandi e jundiá. Entre abril e maio, quando o riacho está cheio, a pesca é feita com anzol e isca de minhoca. Na vazante, entre agosto e setembro, o riacho para de circular e aparecem os poços, onde a pesca é feita com tarrafa. O inverno e início da primavera são os períodos em que a pesca é mais exitosa. Além do riacho, a comunidade dispõe de mais duas fontes de água, usadas só para consumo: o brejo e uma cacimba funda.

A caça é também realizada pelos moradores, mas os quilombolas afirmam não terem muito tempo para caçar devido às atividades do roçado. “Às vezes é um dia de semana que não está se fazendo nada”, conta o Sr. Chico Baixinho. “Aqui, acolá, uma nambu, uma juriti, cutia. Acontece

de matar mais é cutia. O bicho do mato é danado. Quem trabalha de roça não pode caçar todo dia. Vai hoje, não mata, amanhã quer ir de novo, para ver se mata. Aí vai empatando o serviço.”

Quando conseguem matar um animal, costumam prepará-lo e dividi-lo com os companheiros. Na caça também ficam evidentes os vínculos de solidariedade entre os moradores, intensificados nos momentos mais difíceis, atestando como a vida coletiva representa um porto seguro para eles. Nos períodos de crise de abastecimento, a frequência da caça costuma aumentar. “A gente caça quando não tem nenhuma criação para matar, não tem nada, nem dinheiro para comprar carne”, diz o Sr. Raimundo de Souza: “A gente mata uma caça, a gente parte, dá uns pedaços uns para os outros. Os animais que a gente caça são a cutia, o tatu, a paca. Tem ainda o veado, que a gente mata esperando. Eu mato a caça, a gente parte, dá os pedacinhos.”

As principais formas de caçar são a de *espera* e a de *armadilha*. No caso da *espera*, os caçadores montam uma estrutura de madeira chamada *mutá*, que é amarrada em árvores, permitindo que o caçador fique a alguns metros de altura, com uma espingarda na mão. É comum usarem frutas como iscas. “Cai a fruta, o bicho vai comer, aí a gente mata”, explica o Sr. Chico Baixinho. Na caça com *armadilha*, a espingarda é enfiada sobre pequenas forquilhas a poucos palmos do chão e um fio de náilon é posto na trilha por onde o caçador presume que o animal vai passar. Quando o animal esbarra no fio, o sistema aciona o gatilho.

Festas e religiosidade

Uma das principais celebrações e fontes de lazer da comunidade é a *farinhada*, coroando a importância da farinha de mandioca para a economia e para o saber local. Trata-se de reuniões animadas que congregam vários companheiros na casa do forno, onde eles tomam café e comem beiju e bolo de goma. Outro evento apreciado são as pequenas reuniões à noite na casa de João Portugal, quando narrram histórias sobre animais falantes e situações engraçadas envolvendo reis, negros e princesas. As principais narradoras são Dona Delzuite e Dona Santana, embora alguns outros também se arrisquem.

A maioria dos moradores são católicos e vão com frequência à missa na igreja matriz em Vargem Grande. Também têm fé nos curandeiros ou

doutores do mato, que lhes fornecem *cordões*, cujo papel é defender suas roças de pragas e seus parentes de doenças e acidentes. Os moradores também seguem práticas para evitar acontecimentos ruins, como pragas na roça ou baixa produção. Uma delas é não plantar nem colher aos sábados. Outra é guiar-se pelas fases da lua para realizar as atividades agrícolas. Entidades sobrenaturais fazem parte dos relatos dos moradores, que costumam contar que há espíritos dos mortos vagando pelo território durante a noite.



Participantes da reunião realizada na capela da comunidade, em 07/05/16. Foto: Maria da Consolação Lucinda



Imagem do padroeiro da comunidade, São Francisco de Assis, no interior da Capela e o conjunto de tambores usado nas festas, 07/05/16. Foto: Maria da Consolação Lucinda

Esta narrativa foi composta por Juliana Soares Campos a partir do Relatório Antropológico “Comunidade Remanescente de Quilombo São Francisco Malaquias”, de autoria de Arinaldo Martins de Souza, 2007, e do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade São Francisco Malaquias, de autoria de Fernanda Lucchesi, Ivan Guimarães, José Henrique de Araújo Santos, Murilo Zibetti, 2007.

Uma palavra da comunidade

São Francisco Malaquias

A nossa situação até os dias de hoje está apresentada nesta publicação, mas precisamos encontrar meios de avançar daqui para a frente. Para isto, precisamos nos reunir, como neste momento, para conversar sobre os nossos assuntos, sobre os nossos problemas. Falamos sempre em união e precisamos que esta união aconteça de fato, pois as vezes é muito difícil. As nossas formas de pensar não são sempre iguais e só uma voz unida pode resolver nossos problemas. Somos diferentes e as vezes discordamos, no entanto, os nossos objetivos são os mesmos. Esta vai ser a voz que vai servir, que ajudará a nossa associação a se fortalecer. A gente precisa conseguir se desenvolver, ter algum progresso. A gente tem esperanças de daqui para a frente poder fazer roça em condições mais avançadas, com alguns recursos mecanizados que a gente ainda não conseguiu. Não vamos poder passar o resto da vida botando roça do mesmo jeito se queremos algum avanço.

Além da união, consideramos a ajuda externa muito importante, como a que este projeto está apontando [referência ao projeto Formulação de uma Linguagem Pública] que vai fazer a comunidade conhecida para fora, e quem sabe trazendo oportunidade. Por exemplo, nós temos expectativa de voltar a estudar, aqui mesmo na comunidade. Já teve uma experiência quando tinha uma escola aqui na comunidade. A escola era um espaço de aprendizado e de a gente poder se comunicar e se desenvolver melhor; era também o momento em que a gente podia se reunir para fazer alguma coisa junto, sem ser apenas o trabalho. Sentimos muita falta. A escola servia para as crianças e para os adultos. Agora, porque tem pouca criança na comunidade, não temos mais este espaço. Por isso também, a comunidade precisa crescer. A maioria dos moradores é formada por pessoas de certa idade. Daqui um tempo vamos ter dificuldade para produzir, pois a comunidade está ficando velha. O nosso desejo é se renovar, conseguindo ampliar o número de crianças e de jovens. Só assim a nossa história vai se perpetuar.

Outro problema que afeta a nossa comunidade é a falta de agente de saúde. Tinha uma agente de saúde que atendia aqui, mas agora não

tem mais. Parece que ela saiu já que faz algum tempo que não vem mais aqui. Mudaram ela daqui. O agente de saúde anterior não chegava em todas as casas. Para resolver qualquer questão de saúde a gente tem que ir lá na sede, em Vargem Grande.

Por último, queremos falar sobre um acontecimento muito triste que tivemos aqui, por ocasião do despejo que sofremos, em 2006. O Seu Tachinha (Francisco Cristino de Souza, que 65 anos quando do episódio) tinha uma rocinha do outro lado do riacho. Lá ele tinha uma casinha de guardar arroz, que se chama tijupá. Ele estava lá arrumando as esteiras e os cofos (artefatos feitos da palha do coco babaçu) que ia usar para pôr o arroz. Ele não viu quando chegou uma cobra cascavel, e foi picado no pé. Durante o velório, chegaram para fazer o despejo, com a polícia e o batalhão de choque. Ele queria ser enterrado em dos dois cemitérios do quilombo, onde tinha parentes sepultados, mas o fazendeiro não permitiu. Quando a viúva pediu que deixassem o morto ser sepultamento ali, ele disse que caíssem fora, pois já não tinham mais o que fazer naquelas terras. Foi grande a tristeza de não poder satisfazer o desejo do defunto. Tiveram que transladar o corpo sobre um jerico, com o sol a pino. O enterro foi realizado na sede do município, em Vargem Grande, há mais de 18 quilômetros de distância da entrada do território quilombola.

Apesar de toda a tristeza que a memória deste episódio traz, a comunidade quer também lembrar o retorno as terras onde estava estabelecida, dois meses depois do despejo. No 27 de julho de 2016, vai acontecer a comemoração. Já estamos pensando na festividade, que terá como centro a Capela de São Francisco, onde será realizada uma missa, e depois com os convidados, vamos ter um almoço coletivo (também chamado rango), com Tambor de Crioula. O nosso desejo, daqui para frente, é celebrar a vitória, buscar apoio e conseguir nos desenvolver, aumentar o número de moradores, incentivando o retorno daqueles que foram para a cidade, devido a necessidade de escola para os filhos pequenos, e também dos que não voltaram depois do despejo.

Este texto foi composto por Maria da Consolação Lucinda com base nos relatos dos quilombolas de São Francisco Malaquias durante reunião realizada na comunidade em 07 de maio de 2016. São falas do coordenador da Associação dos Quilombolas de São Francisco Malaquias, senhor Geovânio de Souza Matos, 45 anos, e dos seguintes moradores: senhor Orimar de Souza Castro, 64 anos, senhora Maria das Dores dos Santos Ferreira, 47 anos, senhora Maria Helena Dutra de Souza, 61 anos, senhor João Alves da Silva, 61 anos.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C198c Campos, Juliana Soares
Comunidade Quilombola São Francisco Malaquias /Juliana Soares Campos. -
Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório Antropológico “Comunidade Remanescente de Quilombo São Francisco Malaquias”, de autoria de Arinaldo Martins de Souza, de 2007 e Relatório técnico de identificação e delimitação da Comunidade São Francisco Malaquias, de autoria de Fernanda Lucchesi, Ivan Guimarães, José Henrique de Araújo Santos, Murilo Zibetti.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Souza, Arinaldo Martins de. Comunidade Remanescente de Quilombo São Francisco Malaquias. 4. Relatório técnico de identificação e delimitação da Comunidade São Francisco Malaquias I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

